



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – FASC
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Nº. 06/2025

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte cinco, às quinze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, sob coordenação de ÂNGELA MARIA DE AGUIAR DA SILVA, e na presença das seguintes representações:

REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADES INSCRITAS NO CMAS:

2. CORAS PARTENON

- Instituto Vida Solidária

Suplente – Diego dos Santos Centeno

4. CORAS LOMBA DO PINHEIRO

- Instituto Cultural São Francisco de Assis

Titular – Lucila Corrêa da Rosa

Suplente – Cassiana Garcia Cardoso

5. CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES

- Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher

Titular – Iara de Fátima Bueno da Rosa

6. CORAS NORDESTE

- Clube de Mães Bárbara Maix

Titular – Aline de Almeida Xavier

REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADE E/OU REPRESENTAÇÃO DE

TRABALHADORES DO SUAS:

7. CORAS SUL

- Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS

Titular – Diego Nakata Giuliano

8. CORAS CRUZEIRO

- Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS

Titular – Isabel Cristina dos Santos Echeverri

9. CORAS NOROESTE

- Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS

Titular – Maria Luiza Coletto Imbert

Suplente – Cláudia Cristina Fraga Fernandes

10. CORAS RESTINGA 1

- Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS

Suplente – Micheli Santos da Silva

12. CORAS GLÓRIA

- Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10º REGIÃO

Titular – Heloisa Helena Leão Viñolo

REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADES DE ORGANIZAÇÃO E/OU

REPRESENTAÇÃO DE USUÁRIOS:

13. CORAS EIXO BALTAZAR

- Fórum Municipal de Usuários do SUAS

Titular – Tânia Mara da Silva Garcia

14. CORAS LESTE

- Fórum Municipal de Usuários do SUAS

Titular – Cenira Vargas

15. CORAS ILHAS

- Fórum Municipal de Usuários do SUAS

Titular – Juramar Vargas

16. CORAS EXTREMO SUL

- Fórum Municipal de Usuários do SUAS

Titular – Dirlene Conceição da Silva

17. CORAS CENTRO

- Fórum Municipal de Usuários do SUAS

Suplente – José Gomes Dias Neto

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL:

19. SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular – Cezar Eduardo Favin Milani

Titular – Kátia Patrícia de Oliveira

Titular – Cristine Tubelo Bettio

20. SMGOV - Secretaria de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural

63 Titular – Sergio Otto Alvarenga

64 **21. SMIDH – Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano**

65 Titular – Francisco Ferrari

66 Titular – Marcos dos Santos Valasco

67 **22. SMED – Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre**

68 Titular – Cristiane Fernandes Silveira Dalfert

69 **23. SMF – Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre**

70 Titular – Sônia Rejane dos Santos Vieira

71 **24. SMELJ – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude**

72 Titular – Rafael Feltes de Oliveira

73 **25. SMS - Secretaria Municipal de Saúde**

74 Suplente – Veridiana Farias Machado

75 **27. SMPAE – Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos**

76 Titular – Alessandra Karine Conte

77 **29. DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação**

78 Titular – Keytty Danyelle Martins da Silva

79 Suplente - Igor Silva Mendonça

80 **30. SMC – Secretaria Municipal de Cultura**

81 Titular – Gabrielle Kirst Peixoto

82 **31. SMSEG - Secretaria Municipal de Segurança**

83 Suplente – André Luis de Oliveira Ribeiro

84 **ASSESSORIAS DO CMAS:**

85 Almadiva Gomes do Valle e João Fabiano, **Secretária Executiva do CMAS**; Jucemara
86 Beltrame, **Assessoria Jurídica CMAS**; Fabiana Gross Reinehr, **Assessoria Técnica do**
87 **CMAS**; e Patrícia Costa, **taquígrafa**.

88 **PAUTA:**

89 **1. Substituição de Conselheiro;**

90 **2. FNAS – Recursos para reestruturação do SUAS;**

91 (manutenção da entidade maçônica e manutenção da entidade IPDAE)

92 **3. Homologação da Res. 55/2025 - Ad Referendum.**

93 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos às 15h15min:

94 **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
95 **Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Boa tarde, conselheiros e

conselheiras. Vamos dar início à nossa plenária extraordinária do dia de hoje. Por ser uma plenária extraordinária, ela é com pauta única. Todos receberam a convocação. A nossa pauta é: o Fundo Nacional, reestruturação do SUAS; manutenção da entidade maçônica e manutenção da entidade IPDAE. Vamos passar imediatamente para o primeiro ponto de pauta, que é a apresentação do parecer do pedido de vista dos conselheiros Heloisa e Diego...

Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA: Nós podemos esperar o Diego chegar? Já está vindo.

1. SUBSTITUIÇÃO DE CONSELHEIRO;

Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01: Vamos para a substituição do conselheiro, aguardando o conselheiro Diego. A substituição do conselheiro: “Ao CMAS. Comunico a saída do servidor César Eduardo Milani como representante do governo no CMAS. Em substituição, indico como representação governamental desta Secretaria, a servidora Vera Regina Ponzio, como conselheira titular representando e vice-presidente na executiva do Conselho”. A Vera já está aqui conosco, então, é para a homologação da plenária a alteração da representação do governo da Secretaria de Assistência Social, saindo o César e entrando a Vera na titularidade. Ok. Vamos passar para a reestruturação do SUAS. Vou passar a palavra para o Conselheiro Diego e para a Conselheira Heloisa, para que possam fazer a apresentação do relatório de vista e, depois, procedemos aos encaminhamentos. Pode vir aqui, Diego, por favor, fica melhor.

2. FNAS – RECURSOS PARA REESTRUTURAÇÃO DO SUAS;

Diego Nakata Giuliano (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS SUL: Boa tarde, colegas, todas, todos e todes. Porto Alegre, 12 de maio de 2025. Parecer do pedido de vista: “Considerando as respostas elaboradas pela FASC/SMAS; considerando a reunião extraordinária acontecida no dia 12 de maio do corrente ano; considerando o curto período de tempo em que os conselheiros obtiveram para analisar a presente demanda, entendemos que: 1. As informações prestadas a este conselho não contemplaram os questionamentos ao pedido de vista, exigindo, assim, um esforço sobre-humano tanto para a elaboração deste parecer, como também se fazendo necessário o contato com o MDS para responder a algumas questões. Além disso, foi-nos informado pelo MDS que as indicações de locais de visitas foram encaminhadas pela gestão, diferentemente do que foi relatado na última reunião deste respeitado conselho. 2. Em relação ao pedido de vista dos locais indicados, as dúvidas eram porque esses mesmos locais foram contemplados na plenária

do dia 27 de junho de 2024, conforme Resolução 82/2024 deste Conselho, com exceção do CRAS Glória, por não estar na mancha. 3. Apesar de serem citados diversos processos SEI, com suas tramitações e projetos de execução, não ficam evidentes valores pagos ou devidos pelo erário. Em determinada assertiva, na resposta 1, paragrafo 3º, relata-se que os reparos apresentados a serem realizados com o aporte adicional do MDS são complementares aos que já foram autorizados com recurso da Defesa Civil. Portanto, os valores da medida provisória em tela serão de suplementação de recurso. Isto posto, não há resposta efetiva de quais serão esses valores a serem suplementados, assim como não há a garantia de sobra de recursos que ficarão vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social, sendo de uso único e exclusivo à política de assistência social. 4. Já em relação ao CRAS Centro e Abrigo Marlene, foi-nos dito que os valores ultrapassariam a quantia de R\$ 1.232.621,15. Portanto, cabe frisar que essa suplementação, via medida provisória, precisa estar discriminada no que será utilizado e para quê. Dito isso, em caso de não utilização, precisa ficar consignado neste conselho o compromisso da gestão em, havendo sobra de recursos, estes deverão ficar vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social, sendo de uso único e exclusivo à política de assistência social. 5. Ainda no parágrafo 5º da primeira resposta, a gestão consigna que, nesta proposta extraordinária, serão utilizados para complementação do que ainda necessita ser feito nestes locais, mas não explicita quais serão os serviços que necessitam realizar para qualquer um dos equipamentos, como destacado na plenária do dia 28 de abril de 2025 deste prezado Conselho. Não há indicativos concretos e objetivos do que se precisa suplementar, bem como da qualificação dos espaços. É evidente que se faz necessária a qualificação da prestação do serviço público àqueles que mais precisam. Porém, como rege o princípio da administração pública, citando aqui, principalmente, os princípios de: a) moralidade, em que a administração pública deve agir de forma honesta e ética, evitando atos que causem prejuízos ou desvios da finalidade; b) publicidade, em que os atos da administração pública devem ser transparentes, com acesso ao público, garantindo o controle social; e c) eficiência, em que a administração pública deve atuar de forma a otimizar recursos e resultados, buscando a melhor utilização dos meios e a máxima eficiência na prestação dos serviços de maneira planejada, organizada e de forma a não haver desperdícios de verbas, a saber, das reformas, manutenções, aluguéis, bem como na aquisição dos materiais permanentes. 6. Já na resposta 2, faz-se necessária a explicação de: a) por que não ocorreu o aluguel do CRAS Centro, precarizando a prestação de serviço em aglutinar três equipamentos em um local só: CRAS Centro, CRAS Ilhas e CREAS Centro-Ilhas-Humaitá-Navegantes? b) por que foram pagos somente 2 meses do aluguel do

CRAS Norte? c) se tais recursos foram aportados pelo Fundo Municipal da Assistência Social, com planejamento de aluguel por determinado tempo, por que não foi utilizado? Onde ficou esse recurso? Se já está gravado para a assistência social, exige-se que o recurso permaneça nesse fundo, contemplando a nossa verba anual para 2025. 7. Ainda que sejam razoáveis os argumentos da gestão em relação ao aprimoramento do CRAS Glória, sabe-se que, tais dependências, após a construção do novo equipamento, este prédio não ficará sob responsabilidade da FASC/SMAS. Ou seja, será realizado um investimento com recurso do FNAS para um prédio que sequer ficará sob a responsabilidade desta secretaria ou fundação. Ora, isso diz respeito aos princípios da administração pública, não sendo admissível empenhar duas fontes de renda por falta de implementação deste equipamento, tão necessário àquela população, e que precisa estar dentro do território de moradia daquelas famílias. Ainda, cabe destacar as condições de trabalho do CRAS Glória, a saber: a) foi feito questionamento à gestão, e a resposta fala da sala de madeira de atendimento ao serviço de convivência de idosos, e não existe sala de madeira no CRAS Glória. Quanto às más condições de trabalho, é uma questão apontada há anos; inclusive, tem relatório de visita da Comissão de Fiscalização, devido às denúncias. E as goteiras existem desde que o Marcelo Soares era o coordenador do CRAS. O campo de futebol sempre alagou com qualquer chuva e é da Secretaria de Esporte. No questionamento sobre a recuperação dos equipamentos atingidos, a resposta é que já foi contratada uma empresa para fazer a limpeza e recuperação dos equipamentos. Então, não é mais necessário? 8. Na resposta 4, sobre o aporte do Fundo Nacional, não menciona quais outras despesas podem beneficiar o CRAS Ilhas, permanecendo as dúvidas levantadas por estes conselheiros que pediram vistas ao processo, não sendo respondidas. O CRAS Ilhas já tem o recurso de R\$ 21.539,76 previstos na LOA para o aluguel. O MDS decidiu destinar o valor do aluguel de R\$ 67.168,88? O MDS destinou recurso do Fundo Nacional para compra de equipamentos, se necessário? Portanto, em havendo sobra de recursos, estes deverão ficar vinculados ao Fundo Municipal, sendo de uso único e exclusivo à política de assistência social. 9. Na resposta 5, parece razoável a resposta da gestão. Contudo, sugere-se que o aporte da medida provisória seja realizado nos respectivos equipamentos atingidos e os demais valores fiquem alocados no Fundo Municipal da Assistência Social para a reestruturação de demais equipamentos, considerando que o valor perfaz mais de 1 milhão de reais. Sendo o que tínhamos a considerar, a partir do exposto, entendemos que as respostas não foram suficientes ao pedido de vistas. Por mais que necessitemos dos recursos advindos do ministério, não se evidencia planejamento por parte da gestão na utilização de recursos. Neste sentido, não temos

óbice à aceitação do recurso, aprovando, portanto, a utilização, desde que os recursos restantes, ou já alocados no Fundo Municipal da Assistência Social, permaneçam para execução e qualificação dos demais espaços da política municipal de assistência social. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Heloísa, quer comentar? **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA:** No caso do CRAS Glória, ele está no CEGEB, na região Cruzeiro. Eu conheci quando trabalhava lá. A casinha de madeira não existe há muitos anos. O campo de futebol alaga com qualquer chuva. O arroio é depois do muro do CRAS, do CEGEB; não passa pelo CEGEB. A resposta que nos veio, de casinha de madeira e de espaço de convivência de idosos, é sobre uma sala multiuso que a região Glória lutou muito para construir. Demandou no Orçamento Participativo em 2002 e 2003, e a sala está lá, construída. O que houve na casa, e se viesse essa resposta, seria mais certo, é que, em 16 de janeiro de 2024, caiu o galho de uma árvore no telhado da sala multiuso. Isso é o que aconteceu lá. Mas em nenhum momento, nem na resposta trazida aqui na plenária, nem nas respostas enviadas para nós, foi falado dessa árvore que caiu no telhado, que é o problema para a sala ser usada pelos idosos. A outra questão é o recurso do BIRD para a construção. A região Glória ficou 2 ou 3 anos sem demandar nada, juntando o recurso do Orçamento Participativo para a construção do CRAS Glória, na região Glória, na Jonas Borges Fortes. E, até vir a resposta agora, para nós, a obra estava iniciando, pois, segundo o Cristiano, a obra seria inaugurada no final do ano passado. Agora veio que o dinheiro é do BIRD e que não tem previsão de quando vão fazer essa obra. Essa resposta veio agora, sexta-feira, para nós. Então, os meus questionamentos em relação ao CRAS Glória são que ele continuará no CEGEB, onde ele já funciona e já atende a comunidade. E, durante a calamidade, ele fez atendimento descentralizado, porque não foi atingido pela enchente. Eu tenho áudio da região, da época de maio de 2024, em que a assistente social Fernanda informa: "Estamos funcionando e atendendo descentralizado, porque os equipamentos descentralizados foram atingidos pela enchente". Então, estes eram os questionamentos que eu fiz e as dúvidas que tinham, que não foram totalmente sanadas. Tivemos contato com o Ministério, que informou que foi apresentado, e devido às condições precárias em que ele está, foi incluído nesse pacote. Mas as condições são extremamente precárias na região. É nesse quesito que eu questionei. A outra questão: o CRAS Centro voltou a funcionar sexta-feira no lugar que era antes; foi reinaugurado. E nós estamos liberando dinheiro para o aluguel do CRAS Centro. Esses são os quesitos que estou

questionando, porque a assistência social em Porto Alegre precisa de muito recurso. Se tem recurso, vão colocar onde precisa e não onde já foi contemplado. Era esse o meu questionamento e por isso o meu pedido de vista. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Ok, obrigada. Gestão, quer se manifestar? **Vera Regina Ponzio Hecker (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Sim, eu gostaria. Primeiramente, tem razão em relação à questão da casa de madeira, porque essa casa foi construída lá no CEGEB. Eu sou de um tempo mais antigo e, quando eu estava, a última vez que estive lá, era uma casa de madeira onde hoje tem algo construído. **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA:** A casa de madeira foi demolida em 1992. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Onde eu conhecia, era uma casa de madeira. Hoje pela manhã, eu estive lá. Se puderem passar para os conselheiros analisarem as imagens, eu fiz algumas fotografias. De fato, o riacho que falamos, o arroio que passa atrás da casinha que teve o estrago causado pela árvore que caiu em cima, ele está lá. O piso em volta da casa está todo ele úmido ainda em função do prejuízo que houve. Inclusive, conversando com a coordenadora, a Karen, a substituta, porque a Samanta está fora, a Karen diz que, depois da chuva, cobras começaram a aparecer por ali, o que demonstra que ali precisa não só de uma reforma importante no prédio em si, como também de uma limpeza no próprio terreno. De outra parte, a árvore que caiu atingiu, sim, a sala multiuso, que era usada pelo grupo de convivência dos idosos e também pelo GEMELLI, pelo grupo de convivência. Hoje, estivemos lá, as crianças estavam lá, e o espaço está muitíssimo precário. Então, esse recurso de 389.000 seria, será, aprovado pelo Conselho, utilizado exclusivamente naquela casa. Outro aspecto que acho importante salientar é que a obra do BIRD é uma obra demorada. Não sabemos quanto tempo essa obra vai levar, e o contrato ainda não foi assinado. Gostaríamos de ter uma notícia ótima de que o contrato foi assinado e que as obras vão ter início, mas não é isso que está previsto, pelo menos por hora. Então, talvez leve mais um pouco de tempo; até o final do ano, esse contrato vai ser aprovado, porque o BIRD é demorado nesses processos de assinatura de contrato. A ideia seria fazer a reforma nesse espaço e, posteriormente, quando o espaço do CRAS Glória lá no morro estiver apto, poderá ser feita a transferência direta de todos os atendimentos para lá. No entanto, quem disse que não vai ficar para a assistência social aquele prédio? Hoje, nós temos uma locação que se paga para o CRAS Cruzeiro. É possível, após isso, transferir o CRAS Cruzeiro para aquele espaço, que é um espaço dentro da sua região de abrangência. Então, não há de se

dizer, de antemão, que aquele espaço vai ser utilizado por outra secretaria que não a assistência social. Isso que eu gostaria de deixar claro. Também foi falado sobre valores de locação do CRAS Centro. Aqui não foi colocado locação do CRAS Centro. Aqui foi colocado material permanente no valor de 100.000 e 389.000 para construção ou reforma, no caso, da obra que aconteceu ali no espaço do CRAS. Bom, o espaço vai ser entregue para a comunidade, mas ainda precisa ter ajustes. E, também conversando com o MDS na sexta-feira, e imagino que vocês tiveram esse retorno, os recursos que não forem utilizados, eles poderão ser justificados, podem permanecer no fundo ou podem ser devolvidos. É isso. Nenhum recurso aprovado por este conselho vai ser deslocado para outra finalidade que não seja novamente reprogramado por este conselho. Acho que isso sempre foi assim. Todos os recursos do fundo, eles são aprovados aqui, e se não forem utilizados pelos gestores, eles voltam para cá para serem redimensionados. Em relação ao CRAS Ilhas, que novamente vem à pauta o valor do aluguel diferente do valor que foi alocado pelo MDS, eu tenho uma falha importante, porque eu não estava aqui em 2024, então eu não sei exatamente todos os trâmites que foram operados aqui. Mas uma coisa que eu posso dizer para vocês é que esse pacote veio pronto. Para mim, enquanto pessoa que ficou com a responsabilidade técnica de fazer a operação, como fizemos, ele veio como um pacote fechado. O que nós fizemos foi alimentar o sistema, colocar as propostas lá e trazer para a discussão no conselho. Eu acho importante que vocês façam essas ponderações, porque tudo isso vai nos ajudar a aperfeiçoar esse processo. Além do que, na realidade, foi dado o aceite na sexta-feira nas propostas para que a gente não perdesse o recurso. Acho que isso foi uma medida excelente, porque ao menos temos a condição de poder receber esse recurso, e em havendo a não utilização, o recurso poderá ser devolvido sem problemas, como já foi em outras áreas também feito. Da minha parte, era isso.

Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01: Bom, pessoal, eu não estava aqui na plenária que fez essa discussão. Quando eu cheguei, solicitei que a gente tivesse a ata o mais breve possível para que eu pudesse, pelo menos, me apropriar um pouco da discussão que estava acontecendo. Quero aqui, primeiro, dizer... Não vou dizer da coragem, porque acho que a gente não precisa estar trabalhando aqui com a questão da coragem, mas acho do movimento que tanto a Heloisa e o Diego fizeram, porque, na realidade, a gente vem aprovando uma série de recursos *ad referendum*, e já há algum tempo a gente vem colocando que esta não é a melhor forma de garantir que o Conselho Municipal incida nos recursos que vêm. Porque o *ad referendum* é dado pela executiva, onde tem representação da sociedade

civil e da gestão, mas não permite que o conjunto dos conselheiros faça uma discussão e possa se apropriar devidamente do que está sendo colocado. Então, primeiro, quero deixar destacado aqui que acho que foi importante esse movimento, não só para a gestão, mas para nós também, no sentido de entender que, bom, este é o papel de cada conselheiro e de cada conselheira aqui. E a questão não é só se Porto Alegre vai perder dinheiro ou se vai ganhar dinheiro, porque o dinheiro, ele tem que ser bem aplicado, e a gente tem que saber no que ele está sendo aplicado. E acho que quando os conselheiros trazem ali o seu relatório falando do planejamento da gestão, como uma atribuição desta gestão, o que eu quero destacar aqui é o que eles colocaram, que é a falta do planejamento na garantia que este conselho possa fazer essa discussão dos recursos que vêm. Por que eu digo isso? Eu apontei isso na executiva na quinta-feira. Este recurso, a possibilidade deste recurso, chegou para a gestão no dia 16 de abril. A gestão fez todo o seu processo interno, todo, e encaminhou para cá no dia 23. Poderia, dia 16, ela continuar o processo e já trazer para este conselho a possibilidade da discussão, qual seria o planejamento e no que estaria sendo investido, como a gente já fez em outras vezes, como a gente fez no plano da calamidade. Que a gente discutiu, fez reuniões extraordinárias, juntou comissões, que era para conseguir ter um plano de ação que desse conta das emergências que Porto Alegre estava. Então, começo o meu destaque por ali e que fique registrado isto, porque senão fica uma fala de que o conselho que tranca o processo ou que dificulta. Não, a gestão também tem que estar atenta, porque ela sabe que precisa do parecer deste conselho para qualquer questão que seja relacionada à questão da utilização dos recursos. Bom, então, na quinta-feira, veio essa questão e tinha a questão do prazo, que a gestão já tinha colocado aqui na plenária, que tinha a questão do prazo, porque senão Porto Alegre ia perder o prazo. São dois sistemas. Um sistema seria na sexta-feira, o qual a presidente ou o presidente deste Conselho deveria assinar, então, a questão do aceite, colocando lá a resolução para que a gente, efetivamente, não perdesse esse recurso. Na reunião de quinta-feira da executiva, então, nós tiramos os encaminhamentos, que era: vamos tentar entrar em contato com o MDS, no sentido de tentar ampliar o prazo para que a gente pudesse hoje fazer a nossa plenária e também ver se eles conseguiam trazer alguns esclarecimentos das questões que tinham sido apontadas. Uma delas, o CRAS Glória, já que ele não era da mancha, e o que veio do decreto, da medida e o que veio da medida provisória era de que deveriam ser em locais de calamidade. Então, esse era um dos questionamentos. Nós conseguimos fazer isso na sexta-feira, na primeira hora da tarde, onde a gente conseguiu conversar, então, com o técnico, aonde, então, ele nos deu algumas informações. Primeira

informação que ele deu: que eles tinham feito a visita no CRAS Glória, que eles tinham visto as condições do CRAS Glória, que eles sabiam que não estava na mancha, mas, considerando as condições do espaço, eles entenderam e, então, aceitaram a sugestão da gestão, porque foi a gestão que apresentou a proposta de onde deveriam ser feitos e o que deveria ser feito. Então, eles acataram e entenderam que sim. Em relação aos recursos destinados a alguns equipamentos, eles disseram que foi um valor que foi o que eles repassaram para todos os CRAS, então, por isso eles estavam repassando aqueles valores. Digo isso e trago esta informação porque não foram essas as informações que os conselheiros receberam. O que acontece nesse meio tempo, o que veio, eu não sei, mas foi a forma que a gente teve de conseguir obter pelo menos algumas informações. O que eu fiz, então? Entrei em contato com a Heloisa e com o Diego, porque foram eles que pediram vistas, e conversei com eles da possibilidade, então, da gente assinar na sexta-feira o aceite deste recurso, porque nós não poderíamos correr o risco de esperar até hoje. O que, de pronto, os dois aceitaram e disseram que em nenhum momento o objetivo era trancar o recurso para vir para Porto Alegre. Neste sentido, então, na sexta-feira, a gente procedeu a assinatura, e aí, então, foi realizado o aceite. Se eu não tivesse conseguido falar com o Diego e com a Heloisa e se eles não tivessem dado o ok, eu não teria assinado, porque existe uma plenária, a plenária é soberana e o que ela discute é o que é. Essa executiva encaminha as questões da plenária, ela não decide pela plenária, a não ser que seja em circunstâncias extremamente urgentes. Então, a gente fez uma resolução de *ad referendum*, então, para este aceite, que eu vou ler agora para vocês, ou se alguém puder ler. **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS ILHAS:** “O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 352/95, resolve: aprovar por *ad referendum* o recurso da Medida Provisória 1284, do Fundo Nacional de Assistência Social, reestrutura SUAS, referente à planilha abaixo. Unidade beneficiária: CRAS Ilhas, pagamento de locação de imóvel, 67.168,80. CRAS Ampliado Centro-Sul, material permanente, 100.000. CRAS Ampliado Glória, material permanente, 100.000. CRAS Ampliado Norte, material permanente, 100.000. CRAS Centro, material permanente, 100.000. CRAS Farrapos, material permanente, 100.000. CRAS Ilhas, material permanente, 100.000. CREAS Norte e Noroeste, material permanente, 100.000. Unidade de Acolhimento Abrigo Municipal Marlene, material permanente, 200.000. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Depois a gente vai encaminhar a votação. Então, o Carlos, primeiro inscrito. **Carlos Fernando Simões**

Filho (T), Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV: Eu ia perguntar, quando tu aprova o dinheiro para uma reforma de um equipamento, em seguida ele entra em operação para garantir o atendimento nas semanas e nos meses seguintes. A Vera esclareceu aqui na argumentação dela que esse dinheiro do banco não foi assinado nada, nem se sabe quando vai ser assinado. Depois que for assinado, aí vão construir. Quantos meses ou anos demora? Não tem prazo. Então, a informação que eu penso que seja o ideal para nós é, imediatamente, se nós temos a disponibilidade do recurso, aprovar, reformar, botar para atender e, lá adiante, quando acontecer isso, se vier esse recurso, se tiver um novo prédio, aí nós no conselho vamos ter que receber uma proposta futura, se é que vai aparecer, para utilização que não seja o objeto, para reivindicar um objeto, como disse a Heloisa, que fique no território para assistência social. Eu acho que, primeiro, a gente tem que fazer o que a gente precisa para a comunidade ter imediatamente o equipamento de regresso, e não a gente impedir que aquilo que tem que ser feito ali no território aconteça conforme a legislação. Era essa só a minha questão, o meu questionamento, porque na argumentação do Diego ali eu não entendi, ficou fora de prazo as duas conexões. Era isso. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Só um esclarecimento em relação às datas. De fato, o processo chegou para nós no dia 15, dia 16 foi aberto o processo dentro do processo SEI e foi encaminhado por nós para o gabinete. E aí nós temos feriado, nós tivemos quinta-feira, final de semana e segunda-feira, são 4 dias de feriado. Então, 2 dias úteis nós tivemos entre uma situação e outra. Claro que devemos ter muito mais agilidade, claro que devemos ser muito mais rápidos no processo de resolução das coisas. A gente está tentando fazer esse processo numa medida que é, ao mesmo tempo, se apropriando dos sistemas, quem trabalhou comigo no sistema na quinta e na sexta, é muito difícil um sistema que é novo, os dois sistemas que são diferentes, com objetos diferentes, com passo a passo diferentes, onde a validação de um depende da validação do outro e tu vai preenchendo e vai aceitando e, como tem muita demanda no Brasil inteiro, muitas vezes tu pensou que está preenchido, não está, então volta. Eu quero dizer para vocês o seguinte, vamos tentar melhorar os prazos, porque a gente compreende que a melhoria desses prazos garante mais discussão aqui no conselho, ao mesmo tempo que favorece para nós não precisar estar correndo na última hora. Porque na sexta-feira nós trabalhamos aqui até as 19:00 para conseguir ter a assinatura do prefeito, organizar com a assinatura da Ângela e organizar aqui, mas é processo e a gente não governa todos, tá? É isso que eu queria dizer. **Diego Nakata Giuliano (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS SUL:** O

primeiro apontamento que eu gostaria de fazer para a plenária, e aqui trago de uma avaliação, é que o recurso ficou. Eu senti que foi algo muito tensionado na última plenária sobre a pena de perder o recurso. Inclusive, recebi mensagens de colegas perguntando se a gente tinha embargado o recurso, que a gente não ia receber. Acredito que aqui ninguém é irresponsável e a gente sabe das nossas funções, não só enquanto conselheiro, funções técnicas, do compromisso que cada um tem com a política de assistência social. E queria iniciar minha fala aqui: bom, não seríamos nós, da sociedade civil, e imagino que ninguém do governo, queira perder recurso para beneficiar Porto Alegre, seja na assistência, seja em qualquer obra. Acho que a Vera traz algo bem importante, Vera, quando tu diz da possibilidade de fato, é uma elucubração de que o prédio não fique, não há nada concreto que a gestão disse que não vai ficar, com a saída do CRAS Glória, que não fique com a assistência. Mas a história tem demonstrado isso, o quanto de equipamento que a assistência perde. A política de assistência, e não trago nesse governo, trago historicamente, é uma das políticas que menos recebe recurso. Então é importante destacar que, quando a gente faz esse questionamento, com a saída do CRAS Glória ainda, que a gente não saiba quando aconteça, é que fique consignado, então, pela gestão, e aqui eu digo pela gestão, por quê? A gente sabe que entra gestão e sai gestão e as coisas se perdem. Então, bom, vamos ver um termo de permissão de uso, vamos ver qual secretaria de fato está a responsabilidade desse prédio? E eu faço, então, aqui, o pedido de que a gestão encaminhe essas questões burocráticas que elas vão ser importantes. E aqui eu vou trazer dois exemplos concretos, o primeiro deles é com a reforma do CRAS Lomba do Pinheiro, a saúde estava querendo se apropriar do prédio do CRAS Lomba do Pinheiro, numa reforma que teve 2, 3 anos atrás. Então é bem importante que a gente faça esse acompanhamento, não só enquanto conselho, mas enquanto gestão, para que ele fique. E mais, não sei se já resolveram a situação do pagamento de luz desse equipamento, em especial, esse equipamento pagava aproximadamente 15.000 de conta de luz, por conta de ser um prédio do esporte, ter os holofotes, etc., e essas custas ficavam a cargo da Fundação de Assistência. Então, quando a gente prevê que mais para frente, e a gente está falando daqui alguns anos, que se haja essas mudanças, que bom se dividam minimamente os relógios para pagamento de luz de cada secretaria. Quando a gente traz a questão, conselheiros e conselheiras, dos questionamentos em relação à permanência do recurso, que fique muito nítido aqui, a gente não fala dos recursos vinculados da medida provisória, do Fundo Nacional. Evidentemente, esses recursos só podem ser usados pela assistência, isso é combatido. O que a gente traz aqui são os recursos da conta 01, recursos do tesouro municipal. E por que eu estou sendo muito

enfático nesse ponto? Porque a gente sabe, também historicamente, que os recursos que saem do Fundo Municipal da Assistência, do Tesouro, sequer a gente aprova esses recursos. Então é muito fácil que esses recursos saiam da assistência e migrem para qualquer outra secretaria, e isso é inadmissível, levando em consideração uma das políticas que menos recebe recurso. Então quando a gente faz a resposta das vistas, é nesse sentido, é importante deixar registrado na ata que o recurso do Fundo 01 permaneça na assistência. E o que a gente diz desse recurso 01? Se gastou 200.000 lá, se eu não me engano é esse valor, posso estar saindo equivocado, se gastou 200.000 na reforma do CRAS Centro-Sul, pela questão das enchentes, pela parte elétrica, então vai ser utilizado 200.000 para uma outra reforma, qualificação do espaço, não foi feito nítido nas respostas da gestão em o quê. Mas o que eu quero dizer é que, se vai vir recurso do Fundo Nacional de 389.000, então os recursos que estavam destinados a alguma melhoria do equipamento do CRAS Centro-Sul, permaneçam no Fundo 01 na assistência. Se a gente fala que vai ter um aluguel de 67.000 reais para o CRAS Ilhas, lá na PLOA, no Projeto de Lei Anual Orçamentária, que fiquem os 21.000 na assistência. É isso que a gente está falando aqui, não é botar cabelo em ovo, é a gente se apegar nesses mínimos detalhes que não são mínimos. E mais, para finalizar minha fala, duas questões. Perfeito, acho que como a gente falou na última plenária, materiais permanentes são impedidos de compra com recurso federal. Agora se pode, ótimo. A gente tem CRAS com 40, 50 graus. Os colegas em salas com 50 graus porque em prédios de madeira é essa a temperatura que pode chegar. A gente tem a possibilidade de comprar ar-condicionado. Mas que também se possa, junto à COP, então o setor lá de obras da FASC/SMAS, que a gente tenha mudança de relógio, previsão de, não sei se é o termo correto, de reforma nas condições elétricas, porque não é simplesmente comprar o equipamento. A gente sabe que às vezes o equipamento fica parado porque não tem condições técnicas. Então, encaminhando, que haja uma execução da política de assistência, segundo que Heloisa traz, que ele seria construído quanto antes, pelo que eu estou entendendo, vai demorar tempo. Então, são esses os cuidados que a gente tem que ter, desde que o CRAS Cruzeiro fique lá no CEGEB, no CRAS Glória, perfeito, mas isso a gente precisa deixar amarrado. Desculpa se me prolonguei. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Obrigada, Diego. **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA:** Só esclarecendo para o Carlos que a fala da Vera coloca bem claro que não vai parar o atendimento, porque a reforma vai ser na sala multiuso. Então, o atendimento do CRAS continuará igual está hoje, porque a sala com

goteira, as outras coisas não estão envolvidas. Ela disse que os 389.000 é para a sala multiuso. Então, o resto continua como está e não vai parar o atendimento. É isso. Era só esclarecendo, o resto o Diego já me contemplou. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA**

01: Eu me inscrevi, mas pergunto se tem alguém que ainda não falou que gostaria de fazer o uso da palavra? **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS ILHAS:** Na verdade, este espaço do Conselho, ele é um espaço também de educação para mim. Há muito tempo eu uso os espaços de discussão das questões da cidade e são espaços que diferem, mas fazem a provocação das questões. E são espaços de educação, são espaços de aprendizagem, principalmente para aqueles que não sabem, para aqueles que não têm voz. Então são espaços que, geralmente, pessoas adultas que não tiveram educação, elas vão aprendendo no decorrer do tempo, dentro desses espaços de discussão que são diversos, tu vai aprendendo. E, mesmo com os limites da tua compreensão, tu vai lá. Às vezes, a ignorância, ela provoca isso, tu não sabe e tu entra na discussão e aí tu não sabe o que está sendo discutido e tu vai por aquilo que tu entende. E em muitos momentos, isso aí não é sempre aquilo que tu entende. Tu vai lá, bate e volta. E vai de novo, e aí assim tu vai aprendendo as coisas. Aqui, neste espaço, que é um espaço de controle social, controle... Isso aí vem há anos dentro da minha cabeça, controle social, vai para as conferências de controle social. O que é o controle social? É fazer o controle. Agora eu estou lá num outro plano e estou fazendo e é muito dinheiro, sabe? Nesse outro plano, é muito dinheiro. E aí, pela questão da dificuldade da comunidade de entender, ela vai por ela, sabe? E como eu já aprendi que tem coisas que a gente não discute, a gente vai lá, abre os ouvidos e escuta o que estão dizendo. Aí tu vai pegando, desde a fala do Prefeito, o que fulano falou, falou, e vai construindo, né, a tua compreensão. A esse dia, ela disse isso, agora ela está dizendo isso. O que fecha? Cruza as informações. E eu quero parabenizar assim as posições da Heloisa e do Diego em função de que são conselheiros que se posicionam, sabe? Porque tem mais ou menos, mais porque trabalham em cima disso, e menos por causa que muitas informações não são dadas e aí fica menos do que eles poderiam dar, porque poderiam dar muito mais. E eu quero parabenizar eles porque esse espaço é de controle social. E eu tenho que entender, porque quando eles pedem a vista, eles tiveram um entendimento que eu não tive. Eu não tive esse entendimento, sabe? Tive entendimento diverso. A Iara teve outro entendimento, a Ângela não estava aí. Então, o gestor, ele vem com a proposta dela. E dentro dessas questões, já tem um tempo já que eu estou dentro deste Conselho acompanhando algumas coisas que elas se repetem, né? Inclusive,

na própria transformação da FASC em secretaria, a justificativa do governo é de ter celeridade nessas questões, né? E está aí o secretário, reforça essas questões nas reuniões que nós temos ido da executiva, mas essa celeridade ainda não existe. Ela não existe, sabe? Para, por exemplo, a questão da própria resposta. Veja bem, os conselheiros, eles pediram a vista, sabe? É, em função de outra compreensão, sabe? Pediram informação, não obtiveram essas informações. Mas, por uma questão de não perda de recurso, né, há toda uma mobilização de que não se perca esse recurso. Mas essa questão da celeridade, ela tem que melhorar. A questão do gestor, ela tem que melhorar, sabe? E que bom que os conselheiros se manifestaram, sabe? Para mim, foi ótimo. Foi ótimo porque eu represento os usuários e quando ele traz, olha bem, ele também provoca a memória, porque quando ele fala da questão do Pinheiro lá, da tomada de espaço para a saúde, eu que fui lá representando esse conselho. Eu que fui lá. Inclusive, quem me acompanhou foi o jurídico do conselho nessa questão que eu também achei um absurdo, sabe? Do próprio Presidente da FASC naquele momento, que era o Cristiano, e na benevolência dele, de ceder um espaço para a saúde, que é o que tem mais dinheiro, sabe? Tem mais dinheiro que nós. E aí acabamos perdendo o espaço, sabe? Com a justificativa do Presidente. Estava lá a gerente da saúde lá junto, até me esqueci o nome dela. E aí tu fica assim, isso provoca a minha memória também, do conselheiro, quando eles trazem essas falas, e tu traz a lembrança que tu esteve ali. Sabe? E aí é uma coisa que, naquele momento, a gente não aceitou, mas teve que engolir, sabe? Então essas coisas assim que a gente... E quem perdeu, foi a assistência social. E quem perdeu fomos nós. É, eu acho que era isso. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Eu me inscrevi, então, eu acho que antes eu tentei só dar um informe do que tinha sido tratado e dos encaminhamentos que a gente fez, mas eu me inscrevi por duas questões. Acho que, primeiro, o exemplo que foi colocado em relação ao patrimônio. E essa foi uma das questões que, inclusive, numa reunião com a direção da FASC, quando solicitaram um recurso também para um outro prédio, essa foi uma das questões que a gente perguntou: o que garante que esse espaço vai ficar para a assistência? E por que a gente está fazendo essa pergunta e por que a gente está colocando isto? Porque antes o patrimônio ficava na FASC. Agora, o patrimônio está na centralizada da prefeitura. Ele não está nem na Secretaria de Assistência. A definição e a decisão, ela está lá na centralizada. Então, nós aqui podemos discutir, a gestão pode dizer, mas a gente sabe que quem está decidindo é um grupo maior. A resposta que a gente obteve, não me lembro se foi do secretário, mas alguém da direção, foi de que não é tão fácil assim para passar um

equipamento que está em um lugar para o outro, que isso são trâmites e que a gente vai ser perguntado sobre isso. Bom, isso foi a resposta que nos foi dada. Então, sim, a gente tem preocupação de que esses patrimônios que estão sendo reformados com o recurso da assistência social, que é um recurso nacional, de fato, fiquem para a política de assistência social. Esta é uma grande preocupação. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher, CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Só um aparte, nessa questão aí que vocês falam do patrimônio, porque na primeira reunião que tivemos com o secretário lá na falecida, ela está viva ainda, o que eu quero dizer é o seguinte: na primeira reunião lá, a gente fez esse questionamento, que eles deveriam, que eles tinham que prestar as contas para o conselho. Quem faz tem que fazer o balanço, tanto de saldo em conta, quanto de listagem de patrimônio que é da FASC, coisa assim, né? Do que iria para a secretaria, né? Até porque a gente vai discutir se foi ou se não foi, senão a gente não sabe o que é. Esse foi um compromisso que ele fez conosco. Queria fechar isso porque a gente teve essa preocupação na primeira reunião que estivemos lá. Tá trocando, tudo bem, vai trocar de CNPJ? Sim, mas eu não posso trocar o meu patrimônio com o dela se eu não vender ou se eu não tiver um documento, então precisa ter uma listagem. Só para reforçar isso. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** E acho que é bem importante, porque depois disso, acho que a própria gestão se deu por conta que, simplesmente, extinguir a FASC e criar a Secretaria da Assistência não seria tudo automático, passa tudo para lá. Tanto que tem um decreto por 180 dias e a gente já sabe que parece que vai ter que continuar, porque existem questões que tu não resolve. Quem é da área jurídica sabe melhor do que eu. Acho que isso é uma coisa. Outra questão que eu acho que fica dito aqui, e é um pouco o que o Juramar disse, é que às vezes as coisas vêm e a gente acaba não absorvendo aquilo. Por diversas vezes, foi dito aqui: o CRAS Glória está no território do CRAS Cruzeiro, o CRAS Glória está no território do CRAS Cruzeiro, que eu saiba, não pode. Que eu saiba, o CRAS tem que estar no território aonde ele deva ser atendido. Então, acho que, inclusive, este conselho tem que fazer um encaminhamento apontando isso. E, em relação ao CRAS Glória, olha, acho que no mínimo há 5 anos eu fico ouvindo que tem recurso do Orçamento Participativo para a construção deste espaço, que é o espaço da assistência social. Mas eu acho que, enquanto Conselho, a gente precisa encaminhar, inclusive, isso para a gestão, de que tem um equipamento que está funcionando num outro território que, inclusive, dificulta o acesso dos usuários. E acho que uma outra questão, e aí encerro esse ponto aqui, porque a gente precisa ver o outro ainda,

acho que é o que foi apontado, essa gestão, ela precisa apresentar um planejamento. Cada vez que vem a questão do recurso, a gente pede que seja apresentado um planejamento, como a gente pediu das obras quando teve lá no plano da calamidade, e a gente ainda pediu que seja apresentado de que forma isso vai acontecer. E acho que uma angústia muito grande para os conselheiros, principalmente os que são da Comissão de Fiscalização, é que o recurso da calamidade, ele foi utilizado somente para um fim daquilo que a gente deliberou, todas as outras questões, não. Nós estamos agora analisando e qual é a preocupação que a gente tem? É que daqui a pouco, a gente se perca nesse recurso e aí, quando vê, vem uma reprogramação e o recurso ainda era aquele da calamidade. Então, assim, acho que esse planejamento. E por que eu quero dizer isso? Porque não é só o CRAS Glória que está com problemas sérios, não é. Na sexta-feira, a gente não conseguiu realizar uma reunião no território da Restinga porque o CRAS Ampliado está com infiltração, goteiras da chuva, a elétrica dele já está com problema muito tempo, com o risco de curto-circuito, inclusive, e, bom, então, qual é o planejamento da gestão em relação a dar conta dessas reformas, desses equipamentos que também estão com problema, que também estão com risco, que também estão insalubres? Nós conversávamos que tem muitos que não têm acessibilidade. Qual é o planejamento para garantir a acessibilidade nesse equipamento? Então, acho que esses são encaminhamentos também que a gente precisa tirar deste processo. Em não tendo ninguém para falar, especificamente, deste ponto aqui, que era a questão do material permanente, da questão do pagamento das ilhas, posso encaminhar a votação? Então, gente, a gente precisa que a plenária faça a homologação do *ad referendum* que foi feito pela executiva. Então, aqueles conselheiros que concordam com o *ad referendum* da Resolução 94/2025, por favor, levantem o crachá. Pode baixar. Abstenções? **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA:** O meu é pela abstenção. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Três abstenções. **APROVADO COM 03 ABSTENÇÕES O AD REFERENDUM DA RESOLUÇÃO 94/2025.** Tu quer fazer a declaração de voto, Heloisa? **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA:** Sim. Só constar em ata a minha abstenção. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Então, resolução homologada, a 94/2025, é a que já está no sistema, que foi colocado na sexta-feira, porque precisava da resolução para garantir o recurso. Ok. Bom, pessoal, agora nós vamos tratar do outro ponto que permanece a questão da reestruturação do

SUAS, que também, tanto o Diego quanto a Heloisa já apresentaram o relatório deles, mas esses itens ainda não foram incluídos no sistema, porque esse era um outro sistema, que é o tal do sistema TransfereGov, esse ainda não foi incluído no sistema, não tem, o prazo não se encerrava na sexta-feira. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Se encerra hoje. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Se encerra hoje, então a gente vai fazer a discussão, vamos fazer os encaminhamentos e vamos proceder a inclusão. Esse aqui trata, então, CRAS Farrapos, construção, 1.308.000. CRAS Ampliado Centro-Sul, reforma, 389.600. CRAS Ampliado Glória, reforma, 389.600. CRAS Ampliado Norte, 389.600. CRAS Centro, 389.600. CREAS Norte e Noroeste, 389.600. Unidade de Acolhimento Abrigo Municipal Marlene, reforma, 389.000... **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA:** Eu tenho uma pergunta. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Eu também estou me escrevendo. **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA:** Por que o CRAS Ilhas é tão barato? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Porque ele é aluguel. CRAS Ilhas tu perguntou? **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA:** Não, o CRAS Farrapos. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** O CRAS Farrapos é construção. É 1.308.000. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** É um complemento. Eu posso explicar? É um complemento. Na verdade, aí tem recursos que são recursos do BIRD e tem recursos que são recursos do MDS, que daí esse complemento fecha 2.700.000 e alguma coisa. E tem uma diferença: o terreno aonde vai ser construído o CRAS Farrapos, ele é um terreno plano, enquanto que o terreno da Glória, ele é em escala, por isso ele é mais caro. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** É isso? Então, tá. Eu me inscrevi. Primeiro, pedindo desculpa pela minha ignorância, mas a gente está citando 1, 2, 3, 4, 5, 6 equipamentos para reforma com o mesmo valor. Qual é o planejamento que tem para dizer que isto é o que

necessariamente está precisando para qualquer espaço? Outra dúvida: o CRAS Centro foi inaugurado sexta-feira, inclusive este Conselho nem recebeu convite para participar. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Não foi.

Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01: Está bem. Mas tudo bem, a pergunta continua. Ele não foi em função da chuva, ele será reinaugurado. Se ele será reinaugurado, por que está sendo previsto reforma para um espaço que está sendo reinaugurado? E pergunto em relação ao Abrigo Marlene, porque o abrigo Marlene que a gente sabe, já teve um aporte de recurso também significativo, porque teve recurso do Ministério do Desenvolvimento. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Da Defesa Civil. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** O Ministério da Defesa Civil, teve mais um recurso que foi previsto. Então, eu queria, fiquei com dúvida nessas questões. E o próprio CRAS Glória, se a reforma vai ser do espaço que é lá o que eles chamavam de “bolo da noiva”, se eu não me engano... A parte de trás, também é 389.600. Então, também não entendo que planejamento de reforma é esse que diz que é o mesmo valor para reforma em tudo. Ou vai ser reformada a mesma coisa em tudo que é espaço ou não sei. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Eu posso esclarecer. Na verdade, quando tu mesma usou a palavra antes para abrir o trabalho, tu falou do contato que foi feito com o MDS e a forma como o MDS fez para fazer o rateio dos valores para todos os municípios. Então, isso não é algo que tenha sido previsto ou solicitado. Isso faz parte do rateio do MDS em relação a todos os municípios que foram atingidos. Não é algo de valor que a gente incida. Provavelmente uma ou outra situação deverá ter um valor menor ou maior e vai ter que ser composto. Se for a maior, vai ter que ser composto com outros recursos. Se for a menor, ele vai ficar lá como um valor que foi gasto e vai ter que ser, enfim, revisto e devolvido o valor da diferença. Porque isso não é algo que a gente tenha incidência ou teve incidência. É algo de rateio do próprio Ministério. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Então, eu quero fazer dois encaminhamentos e aí eu passo. Faço só fazer dois encaminhamentos. Primeiro encaminhamento é que seja encaminhado para este Conselho o planejamento das reformas, até para que os conselheiros do território, que são e que estão no território, e que acompanham esses espaços, possam estar acompanhando. A outra questão é que o CMAS encaminhe para o

656 MDS uma solicitação de, quando não da utilização desse recurso, se é possível que se faça a
 657 reprogramação para que o recurso não seja devolvido. Conseguiu entender? Porque o que está
 658 sendo dito, o que a Vera disse, é isso: o recurso não sendo utilizado, ele será devolvido. Que,
 659 enquanto Conselho, a gente possa fazer esse questionamento para que o recurso não seja
 660 devolvido. E a outra questão é que também seja apresentado para este conselho qual o
 661 planejamento em relação aos outros equipamentos que também necessitam de reforma, se tem
 662 previsão, se tem orçamento, para que eles também possam ser executados. **Vera Regina**
 663 **Ponzio Hecker (T), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Nesse sentido, eu
 664 quero dizer para vocês o seguinte: dentro do SEI que está, que foi aberto para tramitar essa
 665 matéria, tem cada um dos equipamentos, cada uma das unidades de serviço. E dentro de cada
 666 uma das unidades de serviço tem lá o croqui da obra. Então, poderá ser acompanhado no
 667 processo de fiscalização para vocês saberem exatamente tudo que vai ser utilizado em cada um
 668 dos lugares. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores**
 669 **da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Vera, o problema é que os
 670 conselheiros da sociedade civil não têm acesso ao SEI. Não têm. Então, assim, ou eles vão ter
 671 que vir aqui, vão ter que abrir o SEI, vão ter que olhar, vão ter que ver as gurias, vão ter que
 672 fazer isso, ou a gente precisa de uma síntese, de uma questão que apresente o que é que vai ser
 673 colocado para que cada conselheiro tenha. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), SMAS –**
 674 **Secretaria Municipal de Assistência Social:** A gente pode dar acesso externo. Pegar os e-
 675 mails da assessoria. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
 676 **Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Ou isso, ou
 677 dar o acesso externo a todos. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), SMAS – Secretaria**
 678 **Municipal de Assistência Social:** Mas dá para combinar isso, o acesso externo, que daí todo
 679 conselheiro pode verificar. **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do Cmas:** Pelo
 680 que eu estou vendo, assim, para fazer um acesso externo, tem que fazer um e-mail institucional
 681 primeiro para depois encaminhar o acesso externo. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T),**
 682 **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS**
 683 **RESTINGA 01:** Mas acho que fica esse encaminhamento. Em não se conseguindo... Pessoal,
 684 vamos só voltar. Fica esse encaminhamento. Este é um encaminhamento. Temos o Diego
 685 inscrito. Quem quiser se inscrever, basta levantar a mão para que eu anote. Em não se
 686 conseguindo o acesso ao SEI para os conselheiros da sociedade civil, que então se tenha uma
 687 síntese das obras que serão feitas nos equipamentos. E que também o planejamento das

reformas dos equipamentos que não têm previsto este recurso. **Diego Nakata Giuliano (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS SUL:** Minha pergunta também vai na linha do que a Ângela trouxe: que se minimamente possa ser dito neste conselho o que está sendo previsto. Entendi que a Vera já trouxe uma parte da resposta da minha pergunta, que é sobre os produtos que estão em cada processo SEI, mas se fosse possível que os senhores minimamente apresentassem para nós agora, se tiverem acesso a essa informação. Porque, de fato, como dito anteriormente em nosso relatório de pedido de vista, foram citados alguns SEIs, mas não havia como abrímos todos. Eu, pelo menos, como servidor, tenho acesso ao SEI, mas havia SEI com 15 pastas, por exemplo, então ficava humanamente impossível analisar tudo. Então, se possível, digam quais são as questões das reformas. Pergunto também se já há previsão e se já há terreno para o CRAS FAPA. Existe terreno? Isso está em um plano? Porque não cheguei a ver o plano anual da assistência. Qual é a previsão? A última questão é que a resposta que veio da gestão era que nós iríamos utilizar a suplementação de recurso. Esse dinheiro que vem da medida provisória era para a suplementação de recurso. Então, pelo que entendo, já existe um dinheiro dentro do fundo para fazer essas reformas ou será utilizado única e exclusivamente este dinheiro vindo da medida provisória? Não sei se me fiz entender. Eram essas três perguntas. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Consigo responder em parte. Estou pedindo e verificando aqui se o Ênio consegue dar uma chegada, porque não tenho todas essas informações detalhadas para fornecer. Não nos preparamos para isso. Estou vendo se ele consegue comparecer, pois encontrei com ele ao meio-dia e ele disse que talvez pudesse. Este é o primeiro ponto. O segundo ponto, em relação à complementação de valores: o Abrigo Marlene, no Abrigo Marlene foram feitas várias intervenções, mas ficou faltando a parte das divisórias e a parte do piso. Então, este dinheiro entra como complemento para isso. Agora, claro que o ideal é que venha a pessoa e que possa estar explicitando. Por isso que, ou virá por escrito todas as questões que os senhores estão apontando, ou não será possível votar. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Eu queria fazer uma questão de ordem. Eu quero fazer uma questão de ordem. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Só um pouquinho. Questão de ordem tem prioridade. Iara. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Não estou conseguindo entender o quê. Nós, há 15 dias,

fizemos uma plenária, falamos sobre todos esses aspectos aqui e foram citados dois aspectos. Dois aspectos e, claro, a gente entendeu pelo rito na suspensão do processo para discussão. Suspender o processo. Perfeito. Suspendemos o processo, foi dado o prazo de 15 dias para a discussão desta questão da vista. Agora nós estamos retomando uma discussão que, me desculpem, não é por aí. Deixa eu concluir. Nós estamos discutindo o pedido de vista. A questão de ordem é o seguinte: nós fugimos completamente disso. É só isso que eu estou querendo dizer. É só isso que eu estou... Porque tem registrado, e aí tem a ver até com os questionamentos que fizeram quando pegaram dois itens, que é o CRAS Glória, não sei o quê. Tudo bem. E agora nós estamos voltando. Então, a minha questão de ordem é no sentido seguinte, acho que é extremamente importante e eu disse isso na plenária, que deveria ter, que deveria haver um SEI explicando exatamente tanto o que de material permanente será comprado e o que será feito para uma questão exatamente de fiscalização. Ponto. Isso foi o que nós acertamos lá. Então a minha questão de ordem é exatamente isso, nós estamos nos perdendo no assunto. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Não, primeiro eu quero dizer que a mesa não está perdida. Primeira coisa. Por quê? Porque foi feito um relatório de vistas que foi lido, aonde os próprios conselheiros no seu relatório colocam que ainda tinham questões que não tinham sido devidamente esclarecidas. Na medida que veio isto no relatório, nós aprovamos já uma resolução e nós estamos encaminhando a outra resolução, que tem os itens aqui que foram apontados. E eu entendo que, se os conselheiros ainda têm alguma questão para ser apontada, já que ainda não teve, eu não vejo nenhum prejuízo que se faça isso. Ninguém aqui está dizendo que não vamos votar. Ninguém está dizendo isto. O que se está dizendo e está solicitando. A própria gestão disse: “Não, vamos chamar lá o profissional para que ele possa falar”. A própria gestão está também ainda trazendo outras informações. Então, Iara, eu pelo menos não estou achando que estou perdida. Estou encaminhando conforme as questões que estão vindo. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Eu não nomeiei ninguém. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Quem está coordenando sou eu. **Sônia Rejane dos Santos Vieira (T), SMF – Secretaria Municipal da Fazenda:** Eu concordo com o que disse a Iara, porque a gente já tinha lido. A Vera, quando apresentou, apresentou: tanto era de obra, tanto era de material permanente, era para os tais CRAS, enfim, ela deu todo o pacote. A questão que eu vejo, assim, não acho viável, o próprio

754 Diego acabou de dizer que abriu o processo SEI com mais de 15 pastas, o que é comum.
 755 Então, eu não acho viável, e não tenho nada contra, conceder acesso externo porque os
 756 próprios conselheiros irão se perder. Talvez, eu sugiro, é que a gente faça um
 757 acompanhamento assim: daqui a 15 dias, vai fazer uma plenária, faz uma pauta exatamente
 758 somente para as obras: “Ó, esse é o croqui, é isso”. Daqui a 30 dias: “Ó, pessoal, vai entrar em
 759 licitação”. A Fundação, a assistência vem aqui e diz: “Ela está entrando em licitação o
 760 processo A, o B e o C”. Nessa linha, porque vocês vão se perder, quem é servidor vai saber se
 761 movimentar, mas eu acho que assim que vai ser uma fala mais tranquila e mais aberta e mais
 762 produtiva do que o acesso externo, porque daqui a pouco vai gerar mais confusão. É uma
 763 sequência, mas enfim, eu concordo com a Iara, acho que não é o momento de trazer o Ênio.
 764 Acho que a gente tem que talvez, numa próxima: “O que é? Ah, é isto, é isto e é isto. A obra é
 765 assim e assado”. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), SMAS – Secretaria Municipal de**
 766 **Assistência Social:** Uma proposta intermediária. Eu posso ter uma proposta intermediária?
 767 Assim, eu compreendo essa questão que os conselheiros trazem. Penso que, de fato, o ideal
 768 seria ter o detalhamento de tudo que vai estar acontecendo ali. A pessoa, o serviço da antiga
 769 FASC que tem isso é o engenheiro Ênio, junto ali com o Ricardo. Nós podemos organizar essa
 770 proposta que a Sônia está trazendo, que eu acho que é bem interessante. Aprovado isso, essas
 771 obras, nós podemos estar organizando daqui a talvez um mês, um momento da plenária onde a
 772 gente traga aqui o detalhamento de todas as obras que estão sendo pensadas para cada um
 773 desses locais. E o complemento desses locais. “Ah, é o piso, é o piso externo, é a calçada, é o
 774 muro?”, porque tem isso também. Então, a gente pode estar trazendo aqui com o Ênio. O Ênio
 775 não me respondeu, provavelmente não vai conseguir vir, então não vamos tê-lo aqui. E aí eu
 776 acho que é isso, é melhor do que abrir todos os SEIs, porque de fato, só esse SEI aí já tem
 777 sete. [Falas concomitantes]. Como assim o retorno do CRAS? Ele fez três perguntas. **Diego**
 778 **Nakata Giuliano (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social –**
 779 **FOMTAS, CORAS SUL:** Uma delas era sobre o CRAS FAPA. **Vera Regina Ponzio**
 780 **Hecker (T), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Ah sim, já tem um
 781 terreno. Tem um terreno. Tem uma situação de litígio nesse terreno. Tem um litígio, mas tem
 782 um terreno. Tem um terreno, porque tem o endereço. Uma das exigências, inclusive... **Ângela**
 783 **Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência**
 784 **Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Mas tem litígio, o que é? **Vera Regina Ponzio**
 785 **Hecker (T), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Tem um litígio. É um
 786 pedaço do terreno que tem um morador, tem que ser retirado. Um canto. **Ângela Maria de**

Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas, CORAS RESTINGA 01: Pessoal, primeiro vamos lá, com muita tranquilidade. Eu entendo que algumas informações foram colocadas hoje aqui, inclusive com o contato que a gente teve do MDS. Sim, eu falei isso no início e a Vera confirmou, inclusive porque eu, no início, disse que o próprio MDS disse que eles repassaram valores específicos para todos. Então, nós temos informações diferentes do que foi colocado na outra. Acho que é a primeira questão. Então, volto a dizer: não estamos rediscutindo. Estamos, com base nas informações que se teve de lá até aqui, trazendo para a plenária. Foi colocado aqui que tem uma dificuldade em relação ao processo SEI, porque eu concordo. O que eu entendo é que precisa isso vir de forma que os conselheiros consigam entender. E aí quero fazer uma mediação com o que a Vera colocou. Eu não sei se essa apresentação, ela tem que ser na plenária ou ela tem que ser na CORAS. Eu não sei se a apresentação na CORAS da Glória sobre o que será feito e como será feito terá mais eficácia do que na plenária para os conselheiros que são todos de diversos territórios. Se não é melhor a apresentação lá na CORAS Farrapos, que o pessoal conhece, que sabe, que tem todos os elementos. Então eu fazia uma intermediação. Eu acho que tem que vir uma síntese para este conselho sim, até para que a gente tenha isso no registro, porque daqui a um ano mudam os conselheiros, daqui a dois anos mudam os conselheiros, e fica registrado aqui. Agora, as CORAS são um espaço aonde precisa se discutir. Eu estaria apontando isso. Mais uma inscrição. **Carlos Fernando Simões Filho (T), Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural:** Eu fico me perguntando assim, se a gente tem os coordenadores de CORAS aqui, conselheiros, eles voltam para o território e levam as informações para o território. Aí, debate, alinha, consensua e volta com mais reivindicações ou volta satisfeito. E aí apresenta em sessão plenária. Aí mantém aquilo que o Juramar colocou há pouco. Esta é a instância de controle social. Certo? E aí fica registrado em ata: “Olha, levamos o debate para lá, o que o Ênio apresentou aqui para nós na plenária, apresentamos lá, traz e de novo fica registrado em plenária”. **Diego Nakata Giuliano (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS SUL:** É saudável a divergência, mas não é nesse sentido. Eu fico pensando na dificuldade técnica de apresentação de alguns temas que são da engenharia, vamos dizer assim. Eu, enquanto representante da CORAS Sul, que também foi afetado, eu ficaria inseguro, e aí tenho que dialogar com os demais conselheiros das respectivas regiões que foram afetadas, se sentirão seguros por levar termos técnicos de engenharia, projetos arquitetônicos e por aí vai, e até valores, entende? Valores, execução, orçamento, cronograma. Nesse sentido. Pra gente

820 refletir também. **Nicolas dos Santos (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS**
821 **CENTRO SUL:** Aí pegando esse gancho também, porque o CRAS Centro Sul foi bem
822 afetado, R\$ 389.600 que eu vou levar agora pra gente conversar. Já coloquei em contato com
823 a coordenadora do CRAS, a própria coordenadora não tem nem ciência do que está
824 acontecendo nesse valor. Então, eu preciso ter informações cabíveis para levar junto para o
825 usuário. Esse que foi o que eu entendi. Também não vejo a necessidade da gente falar de
826 termos técnicos aqui, visto que o responsável em si não está. Então vai ser uma coisa que a
827 gente vai ficar só maçante. A gente tem que ser objetivo porque o recurso está sendo
828 transportado. Então, a ideia é assim, acho importante, e se nós, conselheiros, eu falei na minha
829 fala inicial, se nós, conselheiros da região não formos atrás das informações, não pesquisarmos,
830 não formos críticos, não contribuirmos, algo no nosso papel tem que ser revisto. Porque a
831 gente não pode marcar uma extraordinária e debater sobre assuntos que já estão sendo
832 deliberados. Então, é pegar essas informações, vou para o território, levo a informação e ok.
833 Marcamos quem sabe uma extraordinária e falamos desse único ponto, senão a gente não vai
834 concluir nada. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
835 **Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Eu me
836 inscrevi. Porque eu acho que, Carlos, são duas questões, porque é um, dois, três, quatro,
837 cinco, seis, são sete territórios. Então, nós teremos na plenária essa discussão. Então, assim, a
838 gente tem pauta, nós estamos com a conferência, estamos com as pré-conferências, estamos
839 com várias questões. Por isso que eu acho que é uma pauta que a gente vai tratar para cá e que
840 tem pauta que é específica do território. Por isso que eu tentei fazer essa mediação. Kátia.
841 **Kátia Patrícia de Oliveira (T), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:**
842 Inclusive é isso que eu acho que tem, o conselheiro leva e se houver dúvida na CORAS, aí sim
843 chama o SMAS para explicações. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal**
844 **dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Pode ser.
845 Também pode ser assim. Mas é que daí terá que ter a apresentação aqui. A apresentação aqui
846 entre os conselheiros? **Nicolas dos Santos (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS,**
847 **CORAS CENTRO SUL:** Mas se aprofundar e analisar a fundo, aí cabe o conselheiro da
848 CORAS levar para o território. Lá no CRAS Centro Sul, eu sei que é piso, levantou todo o
849 ginásio, o parque. Eu não vou discutir com o engenheiro sobre parque, sendo que ele é pago
850 para fazer isso. A finalidade não é essa de forma. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T),**
851 **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS**
852 **RESTINGA 01:** Mas o ginásio não entra nessa reforma. **Ângela Maria de Aguiar da Silva**

853 (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS
854 **RESTINGA 01:** Então, pessoal, encaminhando. Diego. **Diego dos Santos Centeno (S),**
855 **Instituto Vida Solidária - CORAS PARTENON:** Não, acho que é muito isso. Acho que a
856 gente tem que ter essa discussão aqui e levar, até porque lá no território, cada território tem a
857 sua especificidade. Então, como ele colocou, a gente não tem como um engenheiro chegar lá
858 com os termos técnicos. O conselheiro tem esse know-how de chegar e traduzir isso para os
859 usuários, para os trabalhadores, para todo mundo que está naquele território. Muitas vezes,
860 levar direto lá não vai surtir o mesmo efeito do que o conselheiro que está lá, que conhece a
861 região, conhece o território, conhece seus usuários. A forma de passar essa informação
862 também, ela vai ser mais tranquila do que chegar lá alguém de fora, do governo, e dizer “vai
863 ser assim, vai ser assim”. Então isso é mais complicado. Acho que dessa forma fica bem mais
864 fácil. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
865 **Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Então, se eu entendi, o
866 encaminhamento fica assim: terá uma apresentação na plenária do CMAS sobre a reforma e a
867 construção, aqui. Os conselheiros vão levar para o seu território, se sentirem ainda com
868 dúvidas, enfim, agendam daí a gestão para poder estar no território. É importante que a
869 solicitação da presença da gestão venha para o Conselho para que o Conselho possa estar
870 encaminhando, porque daí a secretária executiva encaminha para o gabinete e o gabinete vai
871 designar quem é que vai na reunião. É este o encaminhamento? OK. Repetindo o
872 encaminhamento: será feita... **Diego Nakata Giuliano (T), Fórum Municipal dos**
873 **Trabalhadores da Assistência Social – Fomtas, CORAS SUL:** A Vera tinha comentado 1
874 mês, é razoável 1 mês? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
875 **Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Sim, vamos
876 levar em consideração. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), SMAS – Secretaria Municipal de**
877 **Assistência Social:** Até porque já tem tramitando no SEI. Um croqui está dentro do SEI. A
878 questão é do CMAS. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
879 **Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Então vamos
880 lá. Relendo o encaminhamento: então, daqui a 1 mês terá uma plenária deste Conselho,
881 especificamente para tratar das reformas e da construção, com a apresentação da gestão,
882 especificamente das reformas que serão feitas, de uma forma que os conselheiros consigam
883 entender e levar para o seu território. O conselheiro, se sentir ainda com dúvidas e inseguro,
884 encaminha ao CMAS para que ele, então, proceda a solicitação da presença da gestão no

território. OK? É este o encaminhamento? [Plenária: *Sim!*]. Então, está bem. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Você só mencionou os materiais permanentes. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Não, os materiais permanentes não. Pelo que eu li na última ata, tem lá um compromisso da gestão de que abrirá um SEI específico para cada um, colocando ali todo o material que será comprado e será entregue. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Isso está definido. **Carlos Fernando Simões Filho (T), SMGOV - Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural:** Naquela tua proposta que tu fizeste na mesa, Ângela, de os recursos não utilizados por um território, daqueles R\$ 379.600,00, de pedir lá ao Ministério para poder usar, não poderia ser? Como o Diego ali colocou, "a realidade de uma região é diferente da outra", então se deu menos para uma e deu mais para outra, fazer o pedido para poder utilizar? Não pode? **Vera Regina Ponzio Hecker (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Mas isso não é neste momento agora. **Carlos Fernando Simões Filho (T), SMGOV - Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural:** Não, é que a Ângela falou que ela vai fazer. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Se ficou dúvida no encaminhamento, meu encaminhamento foi que o CMAS vai encaminhar ao MDS se existe a possibilidade de, se o recurso da medida provisória tal, tal e tal não for utilizado na sua totalidade, se terá a possibilidade de reprogramação. Ponto. Se eles disserem que sim, aí é uma discussão. Se eles disserem que não, não tem nem o que discutir. Pessoal, rapidamente, porque nós ainda temos duas vista. O que é que precisava ser feito? Para cada um item desses aqui que eu li, de construção e de reformas, precisou ser feita uma resolução para cada um deles. Qual é a minha proposta? Eu vou ler aqui de novo e a gente aprova no geral. Por quê? Porque cada resolução está tratando especificamente. Pergunto à Almadiva se pode ser assim o encaminhamento da votação. **Almadiva Gomes do Valle, Secretária Executiva do Cmas:** Pode, daí é assinar a resolução, porque eu tenho que digitalizar e encaminhar. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Procedo isso agora. Pode ser? Então, só para votação. Aqueles conselheiros que são favoráveis ao recurso de R\$ 1.308.000,00 para construção do CRAS Farrapos; R\$

389.600,00 para a reforma do CRAS Ampliado Centro-Sul; R\$ 389.600,00 para o CRAS Ampliado Glória; R\$ 389.600,00 para o CRAS Ampliado Norte; R\$ 389.600,00 para o CRAS Centro; R\$ 389.600,00 para o CREAS Norte/Noroeste; R\$ 389.600,00 para a Unidade de Acolhimento do Abrigo Municipal Marlene, por favor, levantem o crachá. Podem baixar. Abstenções? Três abstenções. **APROVADOS OS RECURSOS COM 03 ABSTENÇÕES.** Aqueles conselheiros, então, que concordam com o encaminhamento de que seja realizada a apresentação de equipamento por equipamento numa plenária, apresentando todo o croqui, a obra de tudo o que será feito, para que os conselheiros possam encaminhar no seu território, e, tendo dúvida, que eles possam então solicitar ao CMAS a presença da gestão. Aqueles que concordam, por favor, levantem o crachá. Pode baixar. **APROVADO O ENCAMINHAMENTO.** Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES: Já tem o número dessa resolução? Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01: São várias resoluções. É uma por cada. Eu vou pedir para alguém só tocar a outra vista para eu poder assinar aqui e a Diva poder proceder. Vera Regina Ponzio Hecker (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania: Vamos passar para o próximo ponto. Então, vamos lá. Na realidade, eu não tinha conhecimento desta pauta, porque não estava aqui no momento. O César concluiu o parecer hoje, me passou, e a gente está trazendo para apresentar aqui. Vamos discutir. O parecer que ele produziu tem o seguinte teor: “Em análise aos documentos apostados pela Comissão de Normas sobre a manutenção da Fundação Maçônica Educacional no ano de 2024, consta no relatório de atividades do ano 2023, que é o anexo 7, a comprovação da execução dos seguintes serviços: Projeto Social Juventude Assistida, Projeto GERAR - Geração de Renda, Autoestima e Resiliência e Projeto Horta Comunitária”. No mesmo sentido, está acostado o parecer da CORAS da região, do dia 15 de julho de 2024, inclusive o parecer assinado por ti, Tânia, se manifestando favoravelmente pela manutenção da inscrição para o ano de 2024. “Igualmente, consta comprovante de participação da entidade na CORAS com 100% de presença, além do plano de ação para o ano de 2024. É o relatório. Inicialmente, cabe esclarecer que, no momento de análise da solicitação de manutenção da inscrição, está se verificando se a entidade executou seus serviços durante o ano anterior e se há registros para a execução no corrente ano. Dessa forma, embora estejamos analisando em atraso de 1 ano, o que deve ser levado em consideração é a execução no ano de 2023, o que resta claramente comprovado nos documentos. Outrossim, no ano de 2024, passamos por calamidades sem

precedentes na cidade, o que inviabilizou a execução de muitos serviços. E nós, como Conselho, devemos ter, no mínimo, sensibilização para adequar nossa avaliação à realidade apresentada naquele momento. Contudo, a execução ou não no ano passado deve ser analisada no pedido de manutenção do corrente ano, ou seja, 2025. Por todo o exposto, opto pela manutenção da inscrição da entidade, uma vez que todos os requisitos foram atendidos para o ano de 2024. Porto Alegre, 12 de maio. César Milani". **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS EIXO BALTAZAR:** Quando o conselheiro assina, ele assina a presença. Ele não lê a documentação da entidade. Os maçons nunca fizeram serviço de convivência. O que os maçons fizeram foi o CAD Único. Então, eu peço à Comissão de Fiscalização, porque eles não executam. Vera, tu sabe disso. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Eu não conheço a região. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS EIXO BALTAZAR:** Tu viu os maçons com crianças lá de 6 a 15 anos? Quem executa o serviço é o Laranjeiras. Eles fazem empréstimo do espaço lá do Laranjeiras. Quem executa é o Laranjeiras, quem executa o serviço de convivência. Não é os maçons. E essa documentação, quando passou, eu assinei a presença deles na CORAS. Tanto que em 2025 eu disse para a Fernanda. Como ela estava chegando agora, ela não sabia como era. Aí a Vera estava lá, e mais o Edson, estava lá, eu disse: "Não, Edson, tu faz só o CAD Único". Pode ver, 2025. Eles não executam, Vera, tu sabe muito bem disso. E, meus colegas conselheiros, eles não executam serviço de convivência. O que eles querem é que vai ter um chamamento agora, que já disseram para o coordenador do Vida. Pode transcrever essa ata, grava isso aí! Que eles iam pegar 150 metas, que são as metas da Glória. É isso que eles querem, Vera. E eu não acho justo, não acho correto. E eu não vou aceitar. Está aqui a Jucemara, que acompanhou, abraçou nossos usuários na Comissão de Normas. Ela está aqui. Eu liguei na hora para a articuladora, Vera. Eu liguei para a articuladora e disse: "Não, realmente, eles só fazem o CAD Único". Liguei na hora, na mesa. Fiquei muito brava, Vera. Muito brava. Como é que vão dizer? Eu trabalho numa casa há 40 e poucos anos de doméstica. Como é que eu vou dizer que sou secretária? É desvio, Vera. Está errado isso, Vera. Eu não vou aceitar. Não vou aceitar que meu CPF esteja lá em Brasília. E amanhã eu tenho CORAS, que aí a Iara vai. Então, eu vou dizer na cara deles, eu não vou aceitar. E eu sei que a Jucemara é uma pessoa correta, justa. Ela também não vai aceitar, porque eu não assinei isso. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Eu estou me inscrevendo e eu gostaria da informação de qual é o documento

que consta na manutenção da execução do serviço. Se consta algum documento de que ela está executando os serviços de convivência no material que eles entregaram. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** A manutenção, pelo que está dito aqui no parecer, ela é referente a 2023 e 2024. Então, ela não seria analisada agora, seria analisada... **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Não, o pessoal está analisando 2024. Está sendo analisado 2024. 2021, 2022 e 2023 teve uma força-tarefa para colocar em dia. E a comissão ficou... Pessoal, só para, senão depois não tem informação. 2021, 2022 e 2023, inclusive a executiva, a Iara se debruçou em cima disso, junto com a assessoria técnica, enfim e tudo mais, para dar conta. E a Comissão de Normas ficou liberada para dar conta de 2024. Então, o material que está sendo analisado é 2024 e não 2023. Então, eu gostaria de perguntar... Pode esclarecer? **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Em razão da pandemia, o Conselho estava com um atraso muito grande nas manutenções, nas análises das manutenções. Isso veio se arrastando durante muito tempo. Quando chegamos agora e fomos cobrados do Tribunal de Contas, tivemos uma série de cobranças. E aí a executiva definiu passar a régua, vamos usar este termo, no que estava atrasado. Foi feita uma análise superficial, não se analisou profundamente, e houve uma aprovação geral, sem análise. E se combinou, então, que a análise começaria em 2024. Analisar como sempre este Conselho fez, uma análise criteriosa, dentro do SUAS, dentro do que está nas previsões da legislação. Essa entidade, como outras tantas que não estão dentro dos serviços tipificados, não recebe inscrição. Nesse caso, a Fundação Maçonica está executando o Cadastro Único, que não é serviço tipificado. E, portanto, não tem como ter inscrição neste Conselho. O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que eles trazem, que é feito lá no Centro Vida, é desenvolvido por uma outra entidade, chamada Laranjeiras, que inclusive essa entidade tem parceria com a FASC. Então, é uma situação grave, inclusive, porque ele traz para cá uma informação de um serviço como sendo dele executado, quando na verdade é executado por uma outra entidade. Então, a Comissão de Normas entendeu que essa entidade, por não executar serviços da assistência social, perderia a inscrição. E foi esse o parecer que a gente trouxe na plenária passada, quando foi pedido vista. E eu acho que é isso, e agora a gente vai para a votação. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Mais alguém? Eu só quero salientar que é isto. Inclusive, o que vai acontecer? Dependendo da nossa votação aqui, a notificação vai para a entidade e a entidade terá 30 dias para se manifestar. Mas o que

foi trazido aqui pela assessoria jurídica e pela Tânia é de que as outras manutenções estavam apresentando um serviço que não era executado por esta entidade. E que inclusive o serviço que é executado pela entidade Laranjeiras tem parceria, portanto, deve ter a supervisão, deve ter o monitoramento, deve estar sendo colocado lá quantas crianças estão atendendo, quantas estão participando. Não sei como isso, e acho que foi muito bem lembrado pela Jucemara, e a Iara foi a pessoa da executiva que, inclusive, fez isso. Nós tiramos aqui que não faríamos uma análise porque já tinha acontecido. Não podia dizer que lá em 2023 isso não aconteceu, mas que em 2024 faríamos isso. Então, gente, inclusive, pergunto se é uma questão de votação na medida em que há uma irregularidade que está colocada aí. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** É votação, porque é a aprovação da manutenção ou não. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Ah, da manutenção. **Iara de Fátima Bueno da Rosa (T), Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - CORAS HUMAITÁ/NAVEGANTES:** Era isso. Porque pediu vista na hora em que nós íamos votar. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Certo. Então, está bem, entendi. **Vera Regina Ponzio Hecker (T), FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania:** Agora, falando sobre, vou usar um pouco o argumento que estou falando aqui com o César, porque não acompanhei toda essa discussão, então fica um pouco prejudicado. Uma coisa é um tema que estamos acompanhando e outro é um tema diferente. Eu não conheço a Fundação Maçônica, porque se eu a conhecesse, teria muito mais tranquilidade para dizer sim ou não, mas não a conheço, então vou me abster nesse sentido. Mas o que o César está dizendo? Ele está dizendo que a análise referente a 2023 não ocorreu; ela foi aprovada, o que fecha com o que a Jucemara está dizendo. Então, na realidade, a análise que está sendo feita é referente a 2024, e durante 2024 há essa dificuldade que é, na verdade, a execução. Só que é o seguinte: retirar o registro dessa organização vai ter uma incidência direta no processo, poderá ter uma incidência direta no processo de Cadastro Único. E isso é o quê? Isso é, na verdade, criar uma situação para a cidade. É isso que nós aqui vamos fazer? Estou dividindo com vocês. Do mesmo jeito que eu escutei o Diego, a Heloísa, eu escutei todos, estou trazendo para vocês. Significa que o gato subiu no telhado, nós temos um problema muito sério. Não é o caso de chamar essa organização aqui e adverti-la? É o caso de já fazer o cancelamento? **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS EIXO BALTAZAR:** Eles enganaram uma pessoa! [Falas concomitantes]. **Ângela Maria de**

1049 **Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social –**
1050 **FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Gente, tem inscrição! Tânia! Tânia, tu vai falar.
1051 Pessoal, só um momento, estou coordenando, senão começa a confusão. Tânia, eu te inscrevo.
1052 A Kátia se inscreveu, depois o Diego, depois a Tânia. Kátia. **Kátia Patrícia de Oliveira (T),**
1053 **SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Assim, uma coisa nós também temos
1054 que pensar, de não prejudicar uma instituição que executou em 2024 um serviço. **Tânia Mara**
1055 **da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS EIXO**
1056 **BALTAZAR:** Não! Não! **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
1057 **Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Tânia, escuta!
1058 Não, gurias, não. Kátia, por favor, faça a sua fala. Gurias, vamos ouvir. **Kátia Patrícia de**
1059 **Oliveira (T), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Ela executou o serviço
1060 do Cadastro Único. **Tânia Mara da Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do**
1061 **SUAS, CORAS EIXO BALTAZAR:** Não executou! [Falas concomitantes]. **Kátia Patrícia**
1062 **de Oliveira (T), SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social:** Bom, então, vamos
1063 lá. É uma coisa que o CMAS estava atrasado com a questão das manutenções. Então, nós
1064 também temos que pensar nisso, que não podemos prejudicar uma coisa por um atraso do
1065 CMAS, uma instituição. Acredito que em 2025, sim, analisar para o cancelamento da
1066 manutenção, mas acredito que em 2024 a instituição não executou um serviço que é o
1067 Cadastro Único. O CMAS não analisou isso antes para ter cancelado em 2024. Foi cancelar
1068 agora em 2025. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
1069 **Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** É isso. Diego,
1070 depois a Tânia, Ângela e Jucemara. **Diego dos Santos Centeno (S), Instituto Vida Solidária**
1071 **- CORAS PARTENON:** Apenas para fazer uma defesa. Acredito que é importante nós
1072 analisarmos. Uma sugestão para essa moção de encaminhamento é passar isso para a
1073 fiscalização, para que possamos também ver isso in loco, conversar com a instituição, verificar
1074 isso lá presencialmente com a entidade. A questão do CadÚnico, ele não é tipificado, então ele
1075 não entraria no registro, não tem registro. Então, ele executou, sim, um serviço que não é
1076 tipificado, portanto, não necessita do registro nesta instituição. Então, ele pode continuar
1077 executando, isso não vai interferir no trabalho da instituição. Ele pode continuar trabalhando
1078 com o CadÚnico, pode continuar executando esse serviço. A instituição aceitou e está
1079 fazendo. Então executou esse serviço. Agora, o serviço que é tipificado, que passa por esta
1080 casa, que é o serviço de convivência, enfim, e que são outros serviços que são tipificados, eles

1081 não executam. Então, acredito que cabe, de repente, até para poder dar essa oportunidade para
 1082 a instituição, nós fiscalizarmos e ir lá a comissão, fazer uma visita, notificá-los de que precisam
 1083 executar o trabalho tipificado para poder ter o registro. E acredito que é isso, não tem muito o
 1084 que discutir. Porque nós sabemos que não é tipificado. Executa o serviço? Executa. Mas um
 1085 serviço que não é tipificado não tem registro aqui e não necessita de registro aqui. Mas se ele
 1086 quer o registro, ele tem que executar. Então, a Laranjeiras que passe o serviço para a
 1087 Maçônica, a Maçônica daí sim começa a executar e pode solicitar o registro. **Tânia Mara da**
 1088 **Silva Garcia (T), Fórum Municipal de Usuários do SUAS, CORAS EIXO BALTAZAR:**
 1089 Quem executa lá o CadÚnico é só o CadÚnico. Eles nunca executaram o serviço de
 1090 convivência. Quem executa lá é a Laranjeiras, que é o Polo 2. Ela executa lá na comunidade
 1091 Laranjeiras e ali no Centro Vida. E eles colocaram como se fosse eles, porque ia vir um
 1092 chamamento. Aí disseram para o coordenador do Vida: “Ah, nós vamos pegar as 150 metas”.
 1093 Aí eu disse: “Seu Marcelino, mas como que eles vão dizer isso, se não executam o serviço?”
 1094 Quem executa é os Maçônico”. “Como Maçônico, seu Marcelino?” “Não, é os Maçônico, os
 1095 Laranjeiras”. Eu não sabia disso, porque o Edson manda que ele executa o serviço. Não são os
 1096 Maçônicos. Chegou na Comissão de Normas lá dizendo que ele executava. Aí eu disse: “Não,
 1097 não executa, executa o CadÚnico”. Aí o coordenador do Vida ficou muito bravo, que ligou
 1098 para a Fundação dizendo isso. Que vai passar a cedência das salas até para o Laranjeiras,
 1099 porque ele ficou muito bravo, porque ele foi enganado também. Ele foi enganado. Então, os
 1100 Maçônicos só executam o CadÚnico. É a única coisa que eles fazem lá. Porque eu achava que
 1101 era assistência. Aí a Fernanda, quando eu fui fazer a visita agora, que tem cinco, e ela é nova
 1102 na região, não sabe, ela me disse assim: “O que é que eu boto aqui?” E ele já ia falar. Eu disse:
 1103 “Ué, o CadÚnico”. Ele ficou muito bravo comigo, muito bravo comigo. Porque eu disse para a
 1104 coordenadora do Cras: “Não, você vai colocar no documento o CadÚnico. É o que o Edson
 1105 executa, os Maçônicos”. “Mas como, Tânia?” Aí eu vi que era... Como, Tânia? É CadÚnico
 1106 só que ele executa. E ele está até hoje furioso comigo, porque eu sou a diaba dos Maçônicos
 1107 agora. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 1108 **Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Está bem. Pessoal, sou eu, a
 1109 Jucemara e o Juramar. Primeiro, eu quero dizer que é muito delicado da gestão vir fazer esse
 1110 pedido para este conselho. Porque estamos tratando de uma irregularidade. Estamos tratando
 1111 de uma irregularidade. Está sendo pedido que nós façamos a inscrição, mantenhamos a
 1112 inscrição de uma entidade que não executa um serviço. E aí eu quero dizer mais, gente: isso
 1113 não pode ter passado despercebido pela gestão também. Não pode. Porque a gestão

acompanha os serviços, a gestão acompanha o CadÚnico, a gestão acompanha a Laranjeiras e sabe que lá o serviço... Te escrevi, Carlos. Que lá na Laranjeiras é executado o serviço de convivência. Então, não dá para se dizer que não se sabia. E digo aqui, é muito delicado. O César é advogado. O César sabe que o que ele está colocando aí é uma questão que não tem como nós fazermos. Quem é que vai responder para o Tribunal de Contas? Porque nós fomos cobrados recentemente do Tribunal de Contas: “Por que tal entidade tinha inscrição? Por que tal entidade estava assim?” Quem é que vai responder para o Tribunal de Contas? Não será este Conselho. Não será este Conselho! Então, é uma questão que, em outra situação, é uma questão que, em outras situações, este conselho, inclusive, foi bem condescendente. Se pegarmos serviços que são executados com famílias, que nós dizemos: “Ok, vamos trabalhar com prazo, porque não podemos parar o serviço”. Mas isso é uma outra lógica, um serviço lá que está sendo executado com famílias, que está sendo atendido. Este, eu quero dizer para vocês, a situação é mais grave ainda. E se em 2023 e em 2022 não foi feito, e se tiver uma denúncia de que esta entidade não estava fazendo esse serviço já em 2022 e 2023, inclusive nós respondemos por isso. Então, gente, só um pouquinho, quero dizer aqui, em alto e bom tom: acho muito delicado a gestão solicitar esse pedido aos conselheiros, porque, como diz a Tânia Mara, é o nosso CPF que vai estar lá assinando a inscrição de uma entidade que não executa um serviço, nem para criança, nem para família, nem para idoso. Ele executa o Cadastro Único? Executa. Dá conta da cidade? Dá conta. Mas Cadastro Único não é um serviço tipificado. **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Na verdade, eu pedi na fala da Kátia, assim, para esclarecer que esse serviço de Cadastro Único, essa entidade não tem inscrito aqui. Ele não executa esse serviço, esse serviço não é tipificado, portanto, ele não tem inscrição. Portanto, ele não, em momento algum ele teve inscrição disso aqui. Ele não teve inscrição nesse conselho desse serviço. Nunca. Ele traz, ele traz para a manutenção isso, mas nunca foi avaliado porque ele não é tipificado, e isso é dito. O que ocorre é que ele trouxe a de 2022 e 2023 não foi analisado. Se esse conselho tem culpa disso, irá responder. Porque houve uma decisão da executiva em não analisar em função dos atrasos. A entidade não teve prejuízo nenhum, pelo contrário, porque se ela tivesse sido analisada, ela teria perdido antes a inscrição. Então, nesse sentido, ela foi até beneficiada por essa ausência, esse problema que deu desses atrasos. Agora, ela apresenta serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com os dados, inclusive se pegar em relação à outra entidade, são os mesmos dados. Ela, então, não traz, ela traz, ela refere o Cadastro Único, mas ela não tem inscrição porque esse serviço não faz parte da tipificação do serviço social e, portanto, nós aqui, enquanto Conselho, não

1147 fizemos inscrição de serviço que não sejam tipificados. Tem duas questões que estão nesse
 1148 conselho de serviços também não tipificados: um é quem estava no conselho passado sabe, que
 1149 é o SAF, que vai ter a sua inscrição até o final deste mês de junho, que já foi o prazo dado,
 1150 prorrogado, que já era para ter sido encerrado no final do ano passado, então foi prorrogado
 1151 até junho. E tem também a questão do albergue, que já foi, já foi também informado à gestão,
 1152 que vai ter essas entidades com inscrição até o final deste ano, porque são serviços que não são
 1153 tipificados e que, portanto, não pode estar inscrito nesse conselho. O SAF vai até o final deste
 1154 junho e o albergue até o final de dezembro. Então, essas são as circunstâncias do que, desses
 1155 serviços não tipificados. Volto a dizer, nós sofremos uma vistoria da CGU, do Ministério
 1156 Público, a gente vem respondendo os documentos em relação a isso, e é essa, essas são as
 1157 questões que levam esse conselho a tomar essas atitudes. Enfim, só se inscreve serviço
 1158 tipificado. É isso. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos**
 1159 **Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Pessoal, o
 1160 Juramar é o último inscrito, está bem? **Juramar Vargas (T), Fórum Municipal de Usuários**
 1161 **do SUAS, CORAS ILHAS:** Mas o que eu quero dizer: eu fiz parte da Comissão de Normas
 1162 em 2022, 2023. A gente teve muita dificuldade nessa comissão em função do que se tinha que
 1163 fazer. E teve um momento que nós perdemos uma técnica, que não quis mais ficar no
 1164 Conselho, se retirou. E a substituição dessa técnica, se aguardou a chegada da Fabiana, foi por
 1165 muito tempo um vácuo. E isso a comissão perdeu muito, porque a comissão precisa dessa
 1166 avaliação técnica para chegar na comissão, tem que passar pela mão dela. Se tinha somente a
 1167 comissão jurídica, que contribuiu muito, sendo que também a gente vinha de um contexto de
 1168 Covid, em que a gente não podia se reunir, e por isso do acúmulo. Havia um acúmulo muito
 1169 grande. E aí teve que ter também a atuação da executiva, na pessoa da Iara, eu e também com
 1170 a Fabiana junto, na questão da celeridade dessa questão. Então, não é culpa, não se culpa o
 1171 Conselho das coisas não acontecerem. Não é culpa do conselho. Na fala da Kátia, ela fala isso.
 1172 Não é por culpa do conselho. O Conselho até contribuiu bastante na questão da celeridade
 1173 para que hoje a comissão esteja vendo as questões a partir de 2024. Se tinha problema lá atrás,
 1174 nós, como posição de executiva, vimos que isso seria resolvido lá na frente. Se teria problema,
 1175 seria resolvido em 2024. E se tem problema, o que está sendo colocado é uma situação que
 1176 não tem como o conselho aceitar, porque é uma irregularidade. É isso. **Carlos Fernando**
 1177 **Simões Filho (T), SMGOV - Secretaria Municipal de Governança Cidadã e**
 1178 **Desenvolvimento Rural:** Eu fui ali rapidinho na secretaria, Presidente e conselheiros, e o João
 1179 Fabiano rapidamente me passou. A Fundação Maçônica, ela entra aqui em 2015, tem 10 anos.

1180 E sai uma Resolução 293 que a traz para dentro do CMAS ali em 2018. E depois, em 2025, a
 1181 gente oferece outro registro, uma atualização, uma resolução assinada já pela mesa aqui, pela
 1182 Ângela. E as duas vezes, o nome do programa que ela coloca lá é o Juventude Assistida. É o
 1183 programa Juventude Assistida na Ruben Berta, que ela se coloca como realizadora. Então, o
 1184 que isso quer dizer para mim? Eu fico pensando que a proposta do outro Diego, do Instituto
 1185 Vida Solidária, acho que a sua proposta de fazer a visita, efetivarmos a fiscalização, para a
 1186 gente ter a certeza do que realmente vocês estão executando e a gente avaliar se é realmente
 1187 tipificado. É? Pronto. Não é? Feito. Fizemos, cumprimos o nosso papel de conselheiro e
 1188 trazemos aqui para a plenária para deliberar e feito. Mas que eles vieram para cá há 10 anos, é
 1189 o que consta aqui na secretaria. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal**
 1190 **dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Não
 1191 entendi muito o objetivo das informações, mas a manutenção, ela é só para saber de onde é
 1192 que veio. A manutenção, ela é feita anualmente, então eles podem ter entrado lá em 2010,
 1193 pode depois não ter mais, pode não ter acontecido quando eles entraram. **Carlos Fernando**
 1194 **Simões Filho (T), Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural**
 1195 **– SMGOV:** Na secretaria, Presidente, consta entrada 2015, uma resolução em 2018 que dá o
 1196 registro 292 e agora em 2025 a gente reconhece um registro de 2021. **Ângela Maria de**
 1197 **Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social –**
 1198 **FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Tu ouviu que o pessoal disse que 2021, 2022 e 2023
 1199 foi feita uma varredura para dar conta disso e que esse documento que foi assinado, ele não
 1200 teve uma análise e que a que teve análise foi em 2024 e o que a Comissão de Normas está
 1201 trazendo é a de 2024? 2021, 2022 e 2023, até porque já tinha acontecido, não tinha muito o
 1202 que fazer. E que 2024, então, é o que eles estão trazendo essas questões. Mesmo que tenha
 1203 esse histórico, por isso tem uma assinatura desta Presidente no ano de 2025, porque ela se
 1204 referia a 2021, 2022 e 2023. Nesse sentido. Bom, pessoal, não tendo então, a gente vai
 1205 encaminhar. **Heloisa Helena Leão Viñolo (T), Conselho Regional de Serviço Social –**
 1206 **CRESS 10ª REGIÃO, CORAS GLÓRIA:** Ela sendo notificada, ela já terá o direito de
 1207 recorrer? **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 1208 **Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Sim. Mas de qualquer forma, o
 1209 que a assessoria jurídica me passou é que eu tenho que encaminhar a votação do parecer da
 1210 Comissão de Normas, que é então... Vamos lá! Em regime de votação, conselheiros. [Falas
 1211 concomitantes]. O que acontece? Pessoal, assim, em sendo aprovado o cancelamento, vai uma
 1212 notificação para a entidade. A entidade terá 30 dias para apresentar o seu parecer para dizer

1213 que o que a Comissão de Normas viu lá não era isso e comprovar: “Não, nós temos o serviço,
 1214 nós temos isso, nós temos aquilo”. E ela apresentando isso, beleza, a Comissão de Normas vai
 1215 avaliar. É isso? **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** E não impede que durante
 1216 esse período dos 30 dias a fiscalização faça a visita. **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T),**
 1217 **Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS, CORAS**
 1218 **RESTINGA 01:** Então, fica esse encaminhamento de que a Comissão de Fiscalização possa
 1219 fazer uma visita lá e ver qual o serviço que é executado. Alguém discorda? Então, fica
 1220 encaminhado isso. A outra, então, em regime... [Falas concomitantes]. Me ajudem, gente,
 1221 estamos no final, vamos ajudar. Em regime, em regime de votação, aqueles conselheiros que
 1222 concordam com o parecer da Comissão de Normas para o cancelamento da inscrição, por
 1223 favor, levantem o crachá: 17 votos. Podem baixar. Aqueles conselheiros que discordam,
 1224 podem levantar o crachá: 12 votos. **APROVADO O CANCELAMENTO DA ENTIDADE.**
 1225 Alguma abstenção? Uma abstenção. Obrigado, gente. É isto? Tem mais um pedido de vista.
 1226 Quem é o da Cultura que pediu vista? O Rafael não está? Então, ele pediu vista sobre o quê?
 1227 **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** Mesma coisa, cancelamento da inscrição
 1228 do IPIEDAI. Então, pessoal, em falta da vista, a gente tem só o parecer da comissão. A
 1229 comissão também é cancelamento? **Jucemara Beltrame, Assessoria Jurídica CMAS:** É.
 1230 **Ângela Maria de Aguiar da Silva (T), Fórum Municipal dos Trabalhadores da**
 1231 **Assistência Social – FOMTAS, CORAS RESTINGA 01:** Então, em regime de votação,
 1232 aqueles conselheiros que concordam com o parecer da Comissão de Normas, pelo
 1233 cancelamento da entidade, levantem o... [Falas concomitantes]. Ele tem 15 dias para apresentar
 1234 e não apresentou, não encaminhou e nem trouxe. Então, a gente precisa encaminhar a votação.
 1235 Voltando à votação, pessoal, aqueles conselheiros que são favoráveis? **APROVADO O**
 1236 **PARECER DA COMISSÃO DE NORMAS DE CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO**
 1237 **DA ENTIDADE.** Pessoal, estamos encerrando a nossa plenária às 16:56 e informamos que
 1238 segunda-feira tem plenária ordinária às 14:30.

1239 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de*
 1240 *Assistência Social, às 16h56min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro*
 1241 *nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.*